

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é parte integrante do Processo Administrativo nº 4037/2026 e ficará disponível aos interessados para consulta, assegurando-se, assim, o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

1.2. OBJETIVO:

1.2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui a fase inicial do planejamento da contratação pública, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tendo como finalidade caracterizar o interesse público envolvido, bem como identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

1.3. ÁREA REQUISITANTE/ RESPONSÁVEL:

1.3.1. Secretaria Municipal de Administração.

1.3.1.1. Responsável:

Valentin Gabriel – Secretário Municipal de Administração.

1.4 DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

1.4.1. Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. Instrução Normativa nº 003/2024/CGM/PGM.

1.4.3. Decreto Municipal nº 59.672/2023;

1.4.4. Decreto Municipal nº 63.769/2024.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.1 A necessidade da contratação decorre da obrigação da Administração Pública de assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos prédios públicos municipais, por meio do controle contínuo de pragas urbanas, tais como insetos, roedores, cupins e morcegos, pombos, maritacas, etc. A proliferação dessas pragas pode comprometer a saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, além de causar danos estruturais aos imóveis e prejuízos às atividades administrativas.

2.2 A ausência de medidas preventivas e corretivas adequadas pode resultar em riscos sanitários, contaminação de ambientes, deterioração de bens públicos e eventual

responsabilização administrativa do ente público. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para garantir a manutenção de ambientes seguros e adequados ao funcionamento das unidades administrativas.

2.3 A demanda foi formalizada no âmbito do processo administrativo, contemplando a necessidade de realização de desinsetização, desratização, descupinização, desmorcegação e dedetização em geral, abrangendo áreas internas e externas dos prédios públicos municipais, cujo dimensionamento será realizado com base na metragem das áreas a serem atendidas, conforme informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. (18º §1º Inciso II da Lei 14.133/21):

3.1 Registra-se que a presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações vigente, tratando-se de demanda superveniente identificada pela Administração no curso da gestão, decorrente da necessidade de manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade nos prédios públicos municipais, bem como da prevenção de riscos sanitários associados à proliferação de pragas urbanas.

3.2 Ainda que não prevista inicialmente no planejamento anual, a contratação mostra-se necessária e inadiável, tendo em vista o interesse público envolvido, uma vez que visa garantir ambientes seguros e adequados ao funcionamento das unidades administrativas, prevenir danos à saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, evitar prejuízos estruturais aos imóveis e assegurar o cumprimento das normas sanitárias aplicáveis, não sendo possível postergar sua realização sem comprometer a regular prestação dos serviços públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18º §1º Inciso III da Lei 14.133/21):

A presente contratação caracteriza-se por serviço comum, haja vista que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, para fins do disposto na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

4.1 A empresa contratada deverá atender à Resolução ANVISA RDC nº 622/2022, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. Ademais, deve atender, no que couber:

- a) As recomendações, prescrições e manuais dos fabricantes;
- b) NBR 15584 – Controle de vetores e pragas urbanas;
- c) Aos preceitos das Normas Regulamentadoras – NR, estabelecidas pelo MTE, através de sua Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST, vigentes e atualizadas;
- d) Instrução Normativa ANVISA nº 09/2010 – Dispõe sobre a restrição à utilização de componentes mascarantes nos produtos saneantes desinfestantes;
- e) RDC nº 339, de 07/12/2005, da ANVISA – Dispõe sobre o uso de iscas em gel;
- f) RDC nº 34, de 16/08/2010, do Ministério da Saúde – Regulamento técnico para Produtos Saneantes Desinfestantes;
- g) RDC nº 59, de 17/12/2010, da ANVISA – Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes;
- h) Lei nº 6360, de 23/09/1976 – Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os produtos saneantes;
- i) Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- j) Lei nº 6.938, de 31/08/1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação;
- k) Decreto nº 96.044, de 18/05/1988, e Portaria nº 204, de 20/05/1997, do Ministério dos Transportes – Regulamentam o transporte rodoviário de produtos perigosos;
- l) Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 – Critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;
- m) Decreto nº 2.657, de 03/07/1998 – Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.
- n) Atender às normas e padrões de higiene ambiental e às Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (RDC números: 18/2000, 20/2010 e 622/2022).
- o) Demais legislações e normas técnicas vigentes que regulam os serviços prestados e produtos aplicados.

4.2 A aquisição será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento do tipo menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3 A empresa a ser contratada para prestação dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas deverá observar as recomendações e normas dispostas na legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Ministério da Saúde e outros, bem como apresentar o seguinte:

- a) **Para habilitação jurídica:** deverá apresentar ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município onde estiver instalada, nos termos da Lei nº 6.360 /1976, do Decreto nº 8.077/2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19/12/2006, da RDC ANVISA nº 52, de 22/10/2009 e legislação e normatização correlata;
- b) **Para qualificação técnica:** deverá apresentar Registro no Conselho Profissional afeito à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360 /1976, do Decreto nº 8.077/2013, e RDC ANVISA n.º 622/2022;
- c) **Para comprovação da capacitação técnico-profissional:** indicar, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro, devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360 /1976, do Decreto nº 8.077/2013 e RDC ANVISA n.º 622/2022. Em princípio, biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam a devida comprovação emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores. Demais requisitos estarão escritos detalhadamente no Termo de Referência.

4.4 Definição E Justificativa da Natureza Continuada do Serviço

4.4.1 Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas possuem natureza continuada, uma vez que sua execução destina-se ao atendimento permanente das necessidades de higiene, salubridade e segurança sanitária dos prédios públicos municipais, sendo indispensáveis à manutenção das condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas.

4.4.2 A interrupção dos serviços pode ocasionar a proliferação de insetos, roedores e demais pragas urbanas, comprometendo a saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, causando riscos sanitários, prejuízos estruturais aos imóveis públicos e impacto negativo na continuidade das atividades administrativas.

4.4.3 Embora as aplicações ocorram de forma periódica, a necessidade administrativa é permanente e contínua, exigindo monitoramento preventivo e corretivo ao longo do tempo, razão pela qual a contratação caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DA DEMANDA (Art. 18º §1º Inciso IV da Lei 14.133/21):

5.1 A demanda contempla a prestação de serviços continuados de controle de vetores e pragas urbanas em todas as dependências do Paço Municipal e nas unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, abrangendo áreas internas e externas das edificações públicas utilizadas para o desenvolvimento das atividades administrativas do Município.

5.2 A contratação visa assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos ambientes públicos sob gestão da SEMAD, mediante execução periódica de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, desmorcegação, manejo e desalojamento de pombos, maritacas e fauna sinantrópica alada e demais procedimentos necessários ao controle preventivo e corretivo de pragas urbanas.

5.3 A execução dos serviços deverá considerar as características específicas de cada unidade administrativa, incluindo áreas de circulação, ambientes de atendimento ao público, salas administrativas, depósitos, almoxarifados, arquivos, copas, cozinhas, banheiros, áreas técnicas, forros, redes de esgoto, caixas de gordura, áreas externas e demais locais suscetíveis à proliferação de vetores e pragas urbanas.

5.4 O dimensionamento da contratação será realizado com base na metragem das áreas a serem atendidas, conforme levantamento técnico solicitado à Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN no âmbito do Processo Administrativo nº 4037/2026.

5.5 A relação completa das unidades contempladas, contendo identificação dos prédios públicos, respectivos endereços e metragens estimadas das áreas internas e externas, seguirá anexa ao Termo de Referência e ao instrumento convocatório, constituindo parâmetro para elaboração das propostas e execução dos serviços.

5.6 A contratação também deverá contemplar atendimentos corretivos e emergenciais, sempre que identificadas situações de infestação ou risco sanitário que demandem intervenção imediata, observadas as condições e prazos que serão definidos no Termo de Referência

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18º §1º Inciso V da Lei 14.133/21):

6.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas no âmbito dos prédios públicos municipais.

6.2 Inicialmente, verificou-se a possibilidade de execução direta dos serviços pela própria Administração Pública, mediante aquisição de insumos, equipamentos e disponibilização de servidores para realização das aplicações e controle sanitário.

6.3 Entretanto, a alternativa de execução direta mostrou-se tecnicamente e operacionalmente inviável, considerando que o Município não dispõe de estrutura técnica especializada, profissionais habilitados, equipamentos específicos e licenciamento sanitário necessário para execução dos serviços, nos termos da Resolução RDC nº 622/2022 da ANVISA.

6.4 Ademais, a manipulação, armazenamento, transporte e aplicação de produtos químicos utilizados no controle de vetores e pragas urbanas exigem conhecimento técnico especializado, observância de normas sanitárias e ambientais específicas, utilização de equipamentos adequados e acompanhamento por responsável técnico legalmente habilitado.

6.5 Também foi analisada a possibilidade de contratação eventual e não continuada, mediante demandas isoladas. Contudo, tal alternativa não se mostrou adequada ao interesse público, tendo em vista que o controle de pragas urbanas exige monitoramento periódico e aplicações preventivas contínuas, sob pena de rápida reinfestação dos ambientes.

6.6 Verificou-se, ainda, que a solução amplamente adotada pela Administração Pública para objetos dessa natureza consiste na contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços, com fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos, materiais, insumos, produtos saneantes e assistência técnica necessária.

6.7 Dentre as alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação continuada dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando:

- a) a inexistência de estrutura própria adequada;
- b) a necessidade de atendimento contínuo e preventivo;
- c) a exigência de licenciamento sanitário específico;
- d) a necessidade de utilização de produtos e técnicas especializadas;
- e) a redução de riscos sanitários e estruturais;
- f) a maior eficiência na execução dos serviços.

6.8 Dessa forma, a solução escolhida mostra-se compatível com o interesse público e adequada às necessidades identificadas pela Administração Municipal.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 18º §1º Inciso VI da Lei 14.133/21):

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, observando os parâmetros e procedimentos aplicáveis à pesquisa de preços para contratação de serviços no âmbito da Administração Pública.

7.1 Para formação do valor estimado da contratação, foram utilizados como parâmetros principais os preços praticados pela Administração Pública, apurados mediante consultas a contratações públicas disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais fontes consolidadas por meio da ferramenta Banco de Preços.

7.2 A composição do valor estimado considerou a abrangência da contratação, incluindo todas as unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, bem como as características específicas dos serviços a serem executados, especialmente:

- a) metragem das áreas internas e externas;

- b) periodicidade das aplicações;
- c) natureza preventiva e corretiva dos serviços;
- d) fornecimento de mão de obra especializada;
- e) disponibilização de equipamentos, ferramentas, materiais e insumos;
- f) utilização de produtos saneantes devidamente registrados;
- g) atendimentos emergenciais eventualmente necessários;
- h) deslocamentos e logística operacional.

7.3 A memória de cálculo detalhada do Item 1, contendo os parâmetros utilizados, metodologia aplicada, fontes consultadas e documentos comprobatórios da pesquisa de preços, será devidamente juntada aos autos do processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Item	Descrição do Serviço	Und	Qtd	Valor unitário estimado (R\$/m²)	Total (R\$) (24 meses)
1	Prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, em áreas internas e externas do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, incluindo fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e produtos necessários à execução dos serviços, com aplicações semestrais durante a vigência contratual, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	m²	124.604,00	0,30	37.381,20

7.4 A metragem estimada de 31.151,00 m² corresponde à área total abrangida pela contratação, sendo previstas 04 (quatro) aplicações semestrais durante a vigência inicial de 24

(vinte e quatro) meses, resultando em quantitativo global estimado de 124.604,00 m² para fins de estimativa da contratação.

7.5 Assim, o valor estimado para a contratação é de R\$ 37.381,20 (trinta e sete mil trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos).

7.6 Para fins de dimensionamento do objeto da contratação, foram utilizadas as informações técnicas de metragem fornecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN, constantes no levantamento de áreas elaborado no âmbito do Processo Administrativo nº 4037/2026, contemplando as áreas internas e externas do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, cuja tabela resumida seguirá inserida no presente Estudo Técnico Preliminar, bem como anexa aos autos do processo administrativo.

7.7 Registra-se que o levantamento técnico encaminhado pela SEMPLAN contemplou, além das áreas mensuradas em metro quadrado (m²), item específico referente à extensão de meio-fio do Paço Municipal, medido em metros lineares, totalizando 10.291,97 m.

7.8 Entretanto, considerando que a contratação será executada e remunerada com unidade de fornecimento em metro quadrado (m²), conforme padrão predominante das contratações similares utilizadas na pesquisa de preços, optou-se pela desconsideração do quantitativo referente ao meio-fio na composição da metragem estimada da contratação, a fim de assegurar compatibilidade técnica entre o objeto licitado, a metodologia de medição e os parâmetros mercadológicos utilizados na formação do valor estimado.

7.9 A inclusão de quantitativo medido em metros lineares juntamente com áreas medidas em metro quadrado poderia gerar inconsistência técnica na composição da estimativa de preços, bem como distorção do valor estimado da contratação, razão pela qual foram considerados exclusivamente os quantitativos efetivamente mensurados em metro quadrado (m²), sem prejuízo de que o tratamento perimetral e aplicações em áreas externas permaneçam abrangidos pela execução contratual.

7.10 Dessa forma, após a exclusão do quantitativo correspondente ao item “extensão de meio-fio do Paço Municipal”, a metragem total estimada para execução dos serviços constantes do Item na contratação resultou em 31.150,63 m², sendo adotado para fins operacionais e de contratação o quantitativo arredondado de 31.151,00 m².

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18º §1º Inciso VII da Lei 14.133/21):

8.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, em áreas internas e externas dos prédios públicos municipais.

8.2 A contratação deverá contemplar o fornecimento integral de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, produtos saneantes desinfestantes, equipamentos de proteção individual – EPIs e demais itens necessários à execução adequada dos serviços.

8.3 Os serviços deverão ser executados mediante técnicas apropriadas e autorizadas pelos órgãos competentes, incluindo pulverização, atomização, termonebulização, aplicação em gel, iscagem, polvilhamento, armadilhas físicas, repelência, desalojamento, barreiras físicas e demais métodos compatíveis com as características de cada ambiente e tipo de infestação.

8.4 Os produtos utilizados deverão possuir registro junto à ANVISA e observar integralmente a legislação sanitária e ambiental aplicável, sendo vedada a utilização de substâncias proibidas ou em desacordo com as normas técnicas vigentes.

8.5 A execução deverá ocorrer de forma periódica e preventiva, com aplicações programadas conforme cronograma definido pela Administração, sem prejuízo da realização de aplicações corretivas e atendimentos emergenciais quando identificada necessidade.

8.6 A solução deverá assegurar:

- a) manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade;
- b) redução dos riscos de proliferação de vetores e pragas;
- c) preservação do patrimônio público;
- d) segurança dos servidores e usuários dos serviços públicos;
- e) conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes;
- f) continuidade das atividades administrativas.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18º §1º Inciso VIII da Lei 14.133/21):

9.1 A contratação não será parcelada, considerando que os serviços possuem natureza integrada e demandam padronização técnica, operacional e metodológica.

9.2 O eventual parcelamento da solução poderia comprometer a eficiência da execução contratual, dificultar o gerenciamento e fiscalização dos serviços, gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores e comprometer a uniformidade dos procedimentos adotados.

9.3 Ademais, a execução por única empresa favorece:

- a) padronização das técnicas e produtos utilizados;
- b) centralização da responsabilidade técnica;
- c) maior eficiência operacional;
- d) melhor controle contratual;
- e) maior economicidade administrativa.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18º §1º Inciso IX da Lei 14.133/21):

10.1 Garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nos prédios públicos municipais.

10.2 Reduzir a incidência e proliferação de vetores e pragas urbanas nas unidades administrativas do Município.

10.3 Minimizar riscos de transmissão de doenças, contaminações e danos à saúde dos servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos.

10.4 Preservar a integridade física e estrutural dos imóveis públicos, mobiliários, equipamentos, arquivos e materiais armazenados.

10.5 Assegurar a continuidade regular das atividades administrativas e do atendimento ao público.

10.6 Promover maior eficiência administrativa mediante adoção de medidas preventivas contínuas, reduzindo a necessidade de intervenções emergenciais e custos decorrentes de infestações severas.

10.7 Garantir conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto contratado.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18º §1º Inciso X da Lei 14.133/21):

11.1 Previamente à formalização do contrato ou instrumento equivalente, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas, no âmbito da fase preparatória da contratação:

- a) Conclusão, revisão técnica e aprovação formal do Estudo Técnico Preliminar, com a adequada motivação da necessidade, definição da solução para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, bem como consolidação da estimativa de valor da contratação;
- b) Elaboração e aprovação do Termo de Referência, contendo descrição detalhada do objeto, especificações técnicas mínimas, periodicidade das aplicações, quantitativos, áreas abrangidas, prazos e condições de execução, critérios de recebimento provisório e definitivo, exigências relacionadas à utilização de produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, comprovação de responsável técnico e demais condições necessárias à adequada execução contratual;
- c) Definição fundamentada da modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal vigente;
- d) Comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira, mediante indicação da dotação específica e realização da correspondente reserva, observada a programação orçamentária do exercício;
- e) Consolidação da pesquisa de preços nos autos, com memória de cálculo detalhada, indicação das fontes consultadas e justificativa da metodologia adotada para formação do valor estimado;
- f) Submissão do processo à análise jurídica prévia, quando exigida pela normativa interna, bem como às manifestações técnicas das áreas competentes quanto à regularidade e viabilidade da contratação;

- g) Designação formal do gestor e do fiscal do contrato, antes da assinatura do instrumento contratual, com definição clara de atribuições relacionadas ao acompanhamento da execução dos serviços, fiscalização das aplicações, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e ateste da execução.
- h) Adoção das providências de publicidade e transparência aplicáveis, incluindo a divulgação do edital e o registro dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas oficiais utilizados pelo Município, conforme regulamentação vigente.

11.2 Cumpridas as providências acima, o processo estará apto à formalização do instrumento contratual ou equivalente, observando-se os princípios do planejamento, legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segregação de funções e segurança jurídica.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18º §1º Inciso XI da Lei 14.133/21):

12.1A presente contratação não depende da celebração de outras contratações correlatas ou interdependentes para sua execução, tratando-se de serviço autônomo de controle de vetores e pragas urbanas destinado à manutenção das condições sanitárias adequadas nos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

12.2 O objeto possui natureza independente e execução periódica mediante aplicações preventivas e corretivas, não estando condicionado à aquisição de equipamentos, sistemas adicionais ou serviços complementares para sua adequada execução.

12.3 Os serviços serão executados diretamente nas dependências do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, sem necessidade de contratação complementar para sua operacionalização.

12.4 Eventuais futuras ampliações das áreas atendidas ou inclusão de novas unidades administrativas poderão demandar adequações quantitativas ou novas contratações, o que não configura interdependência contratual, mas necessidade administrativa superveniente decorrente da dinâmica operacional da Administração Pública.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18º §1º Inciso XII da Lei 14.133/21):

13.1 A presente contratação envolve a execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas mediante utilização de produtos saneantes desinfestantes, podendo ocasionar impactos ambientais de baixa magnitude quando não observadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

13.2 Os possíveis impactos ambientais associados ao objeto decorrem principalmente da manipulação, aplicação e descarte de produtos químicos utilizados no controle de pragas urbanas, bem como da destinação inadequada de embalagens, resíduos e materiais utilizados durante a execução dos serviços.

13.3 Como medidas mitigadoras e práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- a) utilização exclusiva de produtos devidamente registrados na ANVISA e autorizados pelos órgãos competentes;
- b) execução dos serviços por profissionais capacitados e sob responsabilidade técnica habilitada;
- c) utilização adequada de equipamentos de proteção individual – EPIs;
- d) observância das normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis;
- e) destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual.

13.4 Considerando a natureza e dimensão do objeto, conclui-se que os impactos ambientais são controláveis mediante observância das normas técnicas e ambientais aplicáveis, sendo suficientes as práticas ordinárias de controle e mitigação a serem adotadas pela contratada.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18º §1º Inciso XIII da Lei 14.133/21):

14.1 À vista das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos, mostra-se técnica e economicamente viável.

14.2 A solução definida atende adequadamente à necessidade de manutenção das condições sanitárias, higiene e salubridade dos prédios públicos municipais, contribuindo para prevenção de infestações, redução de riscos à saúde dos servidores e usuários dos serviços públicos, preservação das estruturas físicas e continuidade das atividades administrativas.

14.3 O levantamento de mercado demonstrou a ampla disponibilidade do objeto, com fornecedores aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas, preservando-se o caráter competitivo do certame e a observância aos princípios da isonomia e da vantajosidade.

14.4 A estimativa de valor foi elaborada com base em parâmetros compatíveis com contratações públicas similares, em conformidade com a legislação vigente, não havendo indícios de sobrepreço ou subestimação que comprometam a futura contratação.

14.5 Verificou-se, ainda, que a solução não depende de contratações interdependentes obrigatórias, é operacionalmente exequível com os recursos atualmente disponíveis pela Administração e apresenta impactos ambientais controláveis mediante observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

14.6 Diante do exposto, conclui-se pela adequação da contratação pretendida, por atender ao interesse público, assegurar a manutenção das condições adequadas de higiene e salubridade das unidades administrativas e observar os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, legalidade, transparência e boa governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

15.1 Declara-se VIÁVEL a contratação proposta no presente Estudo Técnico Preliminar, tendo-se constatado a necessidade administrativa contínua de manutenção das condições sanitárias adequadas nas dependências do Paço Municipal, Junta Médica/SESMT e Almoxarifado Central, mediante execução periódica de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

15.2 A solução definida — contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização, dedetização, descupinização e desalojamento/manejo de pombos, morcegos, maritacas e demais animais sinantrópicos — mostrou-se tecnicamente adequada, operacionalmente exequível e compatível com as necessidades administrativas identificadas pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

15.3 Como medida de mitigação de riscos relacionados à execução contratual, recomenda-se a exigência de comprovação de regularidade sanitária da empresa contratada, apresentação de responsável técnico legalmente habilitado e utilização de produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável.

15.4 Diante das análises técnicas, mercadológicas, orçamentárias e operacionais realizadas, conclui-se pela adequação e conveniência da contratação, opinando-se pelo prosseguimento do processo, com a elaboração do Termo de Referência e adoção das demais providências preparatórias cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

Vilhena/RO, 08 de maio de 2026.

Elaborado por:

Bruno Gabriel Pazini Sala
Matrícula 16630
Setor Orçamentário/SEMAD
(assinado eletronicamente)

De acordo:

Valentin Gabriel
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 63.890/2025
(assinado eletronicamente)



Assinado por: VALENTIN GABRIEL 08/05/2026 11:54:49 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE
